

1.1

Bartira: história e usos do passado dos anos formativos da sociedade colonial no Brasil

Elisa Frühauf Garcia*

RESUMO

Bartira, também conhecida pelo nome cristão de Isabel Dias, foi uma mulher indígena que atuou como liderança nos anos formativos da sociedade colonial em São Paulo. No entanto, ela é muitas vezes desconsiderada pelas narrativas existentes sobre aquele período, que enfatizam figuras masculinas, principalmente o seu pai, o cacique Tibiriçá, e o seu companheiro, o português João Ramalho. Analisando documentação da época, historiografia e lugares de memória sobre a fundação da cidade de São Paulo, o artigo aborda a trajetória de Bartira em uma perspectiva de longa duração. Considera as diferentes camadas históricas presentes na construção da sua biografia e a maneira como ela foi, ou não, representada nos usos do passado colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Bartira
Isabel Dias
Mulheres indígenas
História de São Paulo

ABSTRACT

Bartira, also known by the Christian name of Isabel Dias, was an indigenous woman who acted as a leader in the formative years of colonial society in São Paulo. However, she is often disregarded by the narratives about that period, which emphasize male figures, especially her father, the cacique Tibiriçá, and her partner, the Portuguese João Ramalho. Analyzing documentation from that time, historiography and places of memory about the foundation of the city of São Paulo, the article approaches Bartira's trajectory in a long-term perspective. It considers the different historical layers present in the construction of her biography and the way in which she was, or was not, represented in the uses of the colonial past.

KEY WORDS

*Bartira
Isabel Dias
Native women
History of São Paulo*

* UFF/CNPq/Faperj
TikTok: @tokdehistoria



← Tacape atribuído a Tibiriçá.
 Fonte: Museu Histórico Nacional, exposição permanente.
 Foto: Pedro Brasil.

N

o Museu Histórico Nacional (MHN), localizado no centro do Rio de Janeiro, em meio à exposição Oreretama, composta por peças indígenas relativamente recentes, há uma vitrine com um objeto descrito como o tacape do cacique Tibiriçá (figura 1). Na verdade, há duas peças: uma seria o tacape em si e o outro, menor, uma réplica. Não é o caso aqui de discutirmos a sua autenticidade: a origem da peça é de difícil averiguação e o tema já foi bem desenvolvido recentemente por Rafael Zamorano (2017). O que, sim, nos interessa são os usos que lhe foram dados no MHN. Na ficha técnica, o valor atribuído ao objeto foi justamente sua capacidade de simbolizar a aliança entre Tibiriçá e os portugueses, considerada crucial para a fundação de São Paulo, como é bem sabido. O enredo desta história envolvia o próprio Tibiriçá, às vezes mencionado como Martim Afonso, e, claro, o indefectível João Ramalho. Em nenhum momento da ficha, composta por contribuições feitas por diversos profissionais em diferentes momentos cobrindo o século XX, alguma personagem feminina é citada. O mais próximo que se chegou da presença de uma mulher na narrativa foi quando se mencionou que Tibiriçá era sogro de

Ramalho.¹ Em tempos heteronormativos como aqueles, é evidente que tal relação pressupunha a presença de uma mulher, mas ninguém achou necessário incluir o seu nome, quando todos sabemos que se trata de Bartira, uma figura bem conhecida.

A história é sugestiva do lugar das mulheres nativas nas narrativas do que é considerado o momento fundacional dos primeiros núcleos coloniais do Brasil. É bem verdade que elas estão presentes nas análises de certos autores, ocupando, por exemplo, uma posição coadjuvante vinculada à reprodução, como mães e avós. Ademais, a menção às indígenas também é frequente em abordagens hipersexualizadas sobre os primeiros contatos. Porém, não é raro encontrarmos narrativas nas quais elas nem mesmo são mencionadas, como veremos. Trata-se de uma tendência nas abordagens coloniais que produziram, nas palavras de Karen Powers, “histórias androcêntricas” (2002). Não é que as mulheres nativas não tenham sido agentes importantes naqueles contextos, mas elas eram descritas a partir das agendas dos homens ibéricos.

No caso da historiografia brasileira, após abordagens produzidas em um momento em que diversos intelectuais se preocupavam em construir interpretações “nacionais”, pouca atenção foi dada ao tema até o início dos anos 2000.² As indígenas, por exemplo, sequer foram contempladas no desenvolvimento do campo da história das mulheres e das relações de gênero no Brasil (SOIHET; PEDRO, 2007). Uma das poucas iniciativas foi a inclusão do artigo de Ronald Raminelli, “Eva Tupinambá”, no livro História das mulheres no Brasil, organizado por Mary del Priore. Trata-se, no entanto, de um trabalho sobre as representações produzidas pelos europeus, sem pretensão de abarcar a dinâmica social desencadeada com a conquista (RAMINELLI, 2009).

O tema tampouco foi abordado a partir da perspectiva da história indígena, apesar dos significativos avanços no campo nas últimas três décadas.³ De uma problemática

² Para uma análise do tema na historiografia brasileira, veja-se: Vainfas (1999). Dentre as análises fundadoras do papel da “mestiçagem” na “identidade nacional”, destacam-se: Freyre (1933); Prado (1928).

³ Para uma síntese da produção sobre os índios nos últimos anos, veja-se Almeida (2010).

¹ Dossiê Tacape Tibiriçá, seção de pesquisa do Museu Histórico Nacional.

praticamente inexistente na historiografia, os estudos sobre as populações nativas passaram a gozar de relativo prestígio na academia. Tal mudança ocorreu pela produção de trabalhos de notória qualidade nos programas de pós-graduação em História e Antropologia no país. Foi influenciado também pela valorização institucional do tema incentivada pelo MEC devido à promulgação da Lei 11.645/2008, que estipulou a obrigatoriedade do ensino da temática no sistema escolar. Os avanços, contudo, são lacunares. Sobre as índias, a produção é ainda bastante reduzida.

O desinteresse pelo estudo da história das índias certamente tem várias origens. Uma delas é a influência que as análises de Florestan Fernandes exerceram nas ciências sociais no país, sobretudo seus trabalhos mais importantes: *Organização social dos Tupinambá* e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, publicados respectivamente em 1949 e 1952. Acompanhando as discussões vigentes na época, Fernandes apresenta uma concepção claramente androcêntrica e gerontocrática dos povos tupis. Considera que a sua “organização social” contemplava preferencialmente os interesses dos homens “velhos”, que monopolizavam os recursos disponíveis, dentre eles as mulheres (FERNANDES, 1949, 2006 [1952]).⁴ A influência do autor foi considerável não apenas na antropologia, mas também na historiografia. Ele foi o responsável, por exemplo, pelo capítulo sobre os

4 Sobre os impactos que as análises de gênero tiveram na antropologia, modificando várias concepções então vigentes sobre o papel das mulheres nas relações sociais, veja-se Lewin e Silverstein (2016).

povos tupis na *História Geral da Civilização Brasileira*, coleção que foi uma referência por muito tempo na nossa área (FERNANDES, 1960).

A perspectiva de Florestan Fernandes só foi sistematicamente questionada, no princípio dos anos 2000, por João Azevedo Fernandes em *De cunhã a mameluca*. O autor buscou analisar a condição das índias na dinâmica social dos povos tupis, demonstrando as suas possíveis agências nas relações de poligamia, tentando ultrapassar a visão de que a sua única função era servir aos interesses dos homens. Destacou então a influência exercida pelas mais velhas sobre as jovens, fossem estas as novas esposas dos seus maridos, fossem as suas filhas e demais parentas. Considerou ainda os espaços de poder e as instâncias de decisão em que as mulheres pareciam ter voz ativa (FERNANDES, 2003). No entanto, apesar de apresentar questões importantes, trata-se de uma dissertação de mestrado e o autor não deu seguimento à análise nas suas pesquisas posteriores. Tampouco novos trabalhos retomaram o tema, que permaneceu sem maiores avanços até recentemente.

Ainda que João Fernandes tenha permanecido por muitos anos uma referência única na historiografia nacional, o seu livro foi contemporâneo de uma renovação na história das mulheres nativas que estava ocorrendo naquele momento, especialmente nos Estados Unidos. Desde o início dos anos 2000, estudos destacaram como o papel desempenhado pelas mulheres em arranjos sexuais e familiares foi fundamental nos anos formativos dos impérios europeus ultramarinos. Era, portanto, um elemento comum na experiência colonial. Tais

trabalhos também apontaram que a posição coadjuvante que as mulheres ocupavam nos relatos sobre a construção das sociedades coloniais se devia mais às fontes disponíveis, nas quais homens europeus buscavam destacar as suas ações, do que à dinâmica histórica de então.⁵ Ademais, tratava-se, sobretudo, de uma situação colonial, em que os agentes já estavam reajustando os seus comportamentos aos novos tempos.

É importante considerar ainda que tais relações foram fundamentais antes mesmo do estabelecimento dos primeiros núcleos portugueses na costa. Como bem sabemos, personagens conhecidos da época construíram sua reputação e prosperaram no mundo atlântico de então devido ao capital obtido junto a mulheres com as quais se relacionaram de diferentes formas. Havia, por exemplo, os que levavam nativas consigo em seu retorno à Europa. Foi este o caso de Enrique Montes, membro da expedição de Juan Díaz de Solís ao Rio da Prata em 1515. Após passar alguns meses na América meridional, ele retornou à Europa com Sebastião Caboto em 1528. Na sua viagem de volta, Montes levou consigo “suas concubinas, duas índias forras” (PRADO, 1939, p. 80). Um pouco depois, quando regressou ao Brasil na expedição de Martim Afonso de Sousa, havia sido promovido a “cavaleiro da casa”, provedor dos mantimentos da armada e informante do Rio da Prata. “Suas índias”, sem as quais ele dificilmente conseguiria tal reconhecimento, foram deixadas na Península Ibérica: uma na Espanha, outra em Portugal

5 Dentre os trabalhos mais influentes, podemos citar: Ghosh (2006); Stoler (2010); Townsend (2004); Sleeper-Smith (2001); Barr (2007).





Vários cronistas quinhentistas destacaram o trabalho das mulheres no plantio da mandioca e na fabricação de farinha. Nesta gravura de Hans Staden vemos ao fundo duas mulheres colhendo mandioca, enquanto carregam seus filhos bebês nas costas. Fonte: Staden, Hans. *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden*. Marburg, 1557.

(Prado, 1939, p. 86). A prática de levar mulheres no retorno de viagens à América estava bastante disseminada. Afinal, como é bem sabido, a Península Ibérica era então o lugar de um intenso trânsito de americanos, e americanas, claro (VAN DEUSEN, 2015).

Eram estas redes com os nativos que possibilitavam o trânsito dos europeus pela costa atlântica da América do Sul desde os primeiros anos do século XVI. Exemplos não faltam, como o de João Carvalho, um dos pilotos da expedição de Fernão de Magalhães. Ele viveu na costa do Brasil por quatro anos, desde que fora abandonado pela nau Bretoa em 1511, após ser acusado de roubar alguns machados. Quando retornou à Europa, deixou seus parentes nativos para trás, inclusive um filho reconhecido. A sua experiência anterior no litoral brasileiro foi uma das principais razões pelas quais foi contratado por Magalhães. Carvalho era um tripulante valioso porque conhecia os costumes locais e a língua da terra. Ele foi, por exemplo, citado como autoridade por Antonio Pigafetta, que teve o cuidado de esclarecer que Carvalho lá vivera por muitos anos.⁶ Porém, o seu principal capital eram as relações de parentesco que estabelecera na sua época de degredado. Contratar alguém com uma experiência prévia na terra funcionou. A expedição foi bem sucedida quando aportou na Guanabara em dezembro de 1519, onde permaneceu por duas semanas graças às boas relações com os locais, obviamente favorecidas pela presença de João Carvalho. Quando a expedição se foi, ele levou seu filho

consigo, conhecido como “niñito”, e também duas índias (PRADO, 1939, p. 64; PEREIRA, 2018).

A grande maioria dessas mulheres não teve, porém, seus nomes registrados, ao contrário dos seus parceiros ibéricos. Novamente, se trata de uma dinâmica global: era comum em situações coloniais em vários impérios europeus. Como Rebecca Jager assinalou para o caso da América do Norte, fosse devido a dificuldades de tradução ou por cultural bias, os homens europeus geralmente substituíam os nomes das nativas por termos genéricos, como “mulher indígena” ou “squaw” (JAGER, 2015, p. 4). No caso da América ibérica, porém, os locais eram muito mais criativos nas substituições dos nomes, empregando categorias cujas dinâmicas têm desafiado estudiosos da Época Moderna (SCHWALLER, 2016; PAIVA, 2017). A mãe do filho de João Carvalho acima citada, por exemplo, foi chamada tanto de “mulher da terra” quanto de “negra” nos relatos deixados por membros da expedição (JULIO, 2022, p. 41).

As histórias acima fornecem algumas pistas de como as mulheres nativas e os homens europeus se relacionaram durante as primeiras décadas do século XVI. Embora centradas nos agentes masculinos, as narrativas revelam os papéis fundamentais desempenhados pelas mulheres nos arranjos familiares, assim como nas relações diplomáticas e comerciais das quais os impérios europeus dependeram durante seus anos formativos (figura 2). Quando os portugueses decidiram se estabelecer na costa do Brasil, portanto, já possuíam conhecimento e redes locais suficientes para aproveitar essas relações.

⁶ “Pigafetta’s Account of Magellan’s Voyage”. In: Stanley (1874, p. 45).



Pátio do Colégio
na atualidade.
Fonte:
Wikipedia Commons
(27/10/2022).



Cripta Tibiriçá.
Catedral da Sé, São Paulo.
Fonte:
Foto da autora (08/10/2022).



João Ramalho e filho (1934).
Pintura de José Wasth Rodrigues,
exposição permanente no Museu do Ipiranga.
Fonte: Wikipedia Commons (02/02/2023).

dizendo, também desempenharam papéis-chave na ocupação de outros espaços na época da conquista, sendo essenciais para a construção da sociedade colonial no Rio de Janeiro, por exemplo. Foi o caso da bisneta de Tibiriçá e neta de Bartira, Marquesa Ferreira, uma das mulheres mais ricas da Guanabara no final do século XVI. Suas doações para os beneditinos e jesuítas foram fundamentais para o desenvolvimento dos seus respectivos patrimônios na cidade do Rio de Janeiro e adjacências, respectivamente as fazendas de Iguaçu e Santa Cruz. Marquesa Ferreira demonstrava assim sua lealdade para com a sociedade colonial, evidenciando um perfil ainda pouco trabalhado na historiografia

brasileira: as mulheres indígenas que integraram as elites locais e foram muito hábeis em movimentos que favoreceram os seus grupos (JULIO, 2022, p. 79). Outra referência ineludível neste sentido é a já citada Catarina Paraguaçu, uma figura central no estabelecimento dos beneditinos em Salvador, os quais apoiou política e economicamente (OLIVEIRA, 2022, p. 39-41). Novamente, trata-se de uma lógica presente em outros espaços coloniais americanos. Como demonstrou Susan Sleeper-Smith no seu estudo sobre as relações entre as mulheres nativas e os homens franceses na região dos grandes lagos na América do Norte, as mulheres que lá casaram com os comerciantes de pele usaram suas posições para

“aumentarem sua própria autoridade e a das suas famílias” (SLEEPER-SMITH, 2001, p. 5).

Voltando ao início, foi na aldeia de Tibiriçá que foi fundado, em 1554, o primeiro edifício da Companhia de Jesus no planalto paulista. Naquela época, os portugueses estavam ameaçados pelos ataques de grupos indígenas rivais devido aos conflitos conhecidos como “Confederação dos Tamoios” e às divisões entre os tupiniquins.⁷ Alguns parentes de Tibiriçá, antigos aliados, trocaram de lado: se voltaram contra o avanço da sociedade colonial. Diante da situação, os

⁷ Sobre esse momento crucial nas alianças e nos conflitos entre tupis e europeus na região, veja-se Perrone-Moisés e Sztutman (2010); Monteiro (1994); Almeida (2003).

portugueses abandonaram a vila de Santo André em 1558 e se moveram para as cercanias dos jesuítas em 1560. Obviamente, foi essa aliança com os portugueses que mais tarde deu a Tibiriçá certa importância na historiografia “nacionalista”.

Bartira participou de todo esse processo. O seu papel na história de São Paulo colonial está vinculado não apenas à sua performance pessoal e à sua origem familiar, mas também ao seu parceiro: João Ramalho, uma figura central na instalação dos portugueses no planalto paulista. Ele provavelmente lá chegou no início da década de 1510. Ainda que pouco seja conhecido sobre a sua vida pregressa em Portugal, é notório o quão bem-sucedido

ele foi em integrar-se aos costumes locais. Casado com muitas mulheres, teve tantos filhos que Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, nem ousava contar.⁸ Suas habilidades culturais e o grande número de descendentes fizeram dele o mais poderoso homem europeu no planalto de São Paulo no contexto de estabelecimento da sociedade colonial. É bem conhecida a afirmação de Ulderich Schmidel, para quem o local nada mais era do que um agrupamento de bandidos, cujo líder era João Ramalho. Apesar de bandido, ou talvez justamente por isso, ele era capaz de mobilizar 5 mil índios em

um dia, enquanto o rei de Portugal não conseguiria juntar nem mesmo 2 mil (SCHMIDEL, 1836 [1557], p. 57).

Contudo, a biografia da Bartira não é clara como a narrativa acima sugere. Na verdade, ela é também uma “personagem” que foi construída de acordo com as conveniências dos envolvidos, muitas vezes seguindo os já mencionados topoi dos “míticos casais fundadores”. Nestes casos, é comum existirem poucas informações sobre essas mulheres. Sobre Malinche, por exemplo, a tão famosa nativa que atuou lado a lado com Hernán Cortés na conquista do México, existem pouquíssimos documentos, que contrastam com a vasta gama de significados atribuídos às suas ações (TOWNSEND, 2006). No

⁸ Carta de Tomé de Sousa ao rei. Salvador, 1º de junho de 1553. In: História da colonização..., 1921-24, vol. III, p. 365.

caso de Bartira é ainda pior: é bem sabido como a documentação das conquistas portuguesas é rarefeita se comparada às espanholas.

Uma questão que se destaca na pesquisa sobre Bartira é que os documentos comumente utilizados pela historiografia para contar a sua história não mencionam o seu nome. José de Anchieta, por exemplo, usou termos como “mãe brasílica” e “concubina brasílica” nas passagens que foram posteriormente associadas a Bartira por Serafim Leite.⁹ O mesmo aconteceu em outro episódio frequentemente mencionado pela historiografia, quando Bartira teria defendido um padre das ameaças de Ramalho. O incidente é sem dúvida bastante revelador da agência das mulheres nativas. De acordo com Pero Correa, uma mulher indígena doutrinada “pregou com força e grande fé” a favor do jesuíta e contra o homem que o ameaçou. É importante destacar a existência de uma mulher com tanto poder para falar alto e atuar como mediadora numa discussão de homens. Não chega, porém, a ser uma exceção: foram várias as mulheres que se destacaram em situações semelhantes.

Nem Bartira nem João Ramalho, contudo, foram mencionados no documento. Foi, novamente, Serafim Leite quem acrescentou notas de rodapé esclarecendo que a mulher em questão era Bartira. Porém, toda a situação é confusa. Pero Correa não mencionou nenhuma relação entre a “mulher indígena doutrinada” e o homem que ameaçou o padre. Talvez isto tenha acontecido porque ele não presenciou o ocorrido, mas

ficou sabendo por terceiros: se inteirou por dois irmãos jesuítas que estavam lá.¹⁰

Não se trata aqui de dizer que os personagens foram identificados de forma equivocada, mas de entender as camadas deste enredo. As cartas citadas mostram como a história de Bartira é bastante nebulosa, especialmente porque muitos autores não estavam interessados na mulher, ou nas mulheres, que eram as parceiras de Ramalho. Ele é frequentemente descrito como um homem de vasta prole e não muita atenção é dada às mães. Salvo raras exceções, as mulheres nativas eram consideradas anônimas e todas iguais. Tal tendência seguiu nos escritos dos primeiros cronistas do Brasil colonial. Assim, para Frei Vicente do Salvador, Ramalho era “pai de muitos filhos, aparentado com os melhores indígenas” (SALVADOR, 2010 [1627], p. 171-172). Já para Simão de Vasconcelos, ele era um “amancebado público” cuja parceira o autor não menciona o nome (1865 [1633], p. 75).

A ausência do uso do nome Bartira foi uma constante na historiografia colonial. Pedro Tacques, por exemplo, apenas menciona Isabel, o nome cristão que a filha do “rei Tibiriçá” teria adotado após o seu batismo (LEME, 2004 [1772], p. 75). A abordagem aristocrática dos nativos aliados segue na obra de Frei Gaspar da Madre de Deus. Para ele, Tibiriçá era “um rei, ou cacique” e João Ramalho casara com a “filha do régulo”. Frei Gaspar só menciona o seu nome, como Isabel, em uma nota mais adiante no escrito,

esclarecendo que se tratava da “princesa dos guaianases” (MADRE DE DEUS, 1797, p. 29-30).¹¹ Porém as obras, ambas já de finais do século XVIII, nos dão a pista de quando surge algum interesse em Bartira: nas abordagens preocupadas com a genealogia paulistana (ABUD, 2019). Afinal, segundo Taunay, João Ramalho era o “patriarca europeu da gente de São Paulo” (1924, p. 113).

Como é bem sabido, Bartira e João Ramalho não foram casados de acordo com o ritual católico. Nóbrega até tentou promover o casamento, mas isso não foi possível. Ramalho já era casado em Portugal com Catarina Fernandes das Vacas, apesar de ter vivido por quarenta anos no Brasil. Ademais, ele era conhecido por ter “muitas mulheres” e ser “muy aparentado con los índios”.¹² Porém, na cópia do seu testamento, Bartira foi a única mulher mencionada. Aliás, não como Bartira, mas como a “Índia Isabel, que ele chama de criada”. Apesar de ter tantos filhos que Tomé de Sousa “não ousava contar”, como vimos acima, os únicos mencionados no testamento de Ramalho foram os oito que eles tiveram juntos: André Ramalho, Joana Ramalho, Margarida Ramalho, Victorio Ramalho, Marcos Ramalho, Jordão Ramalho, Antônio Macedo e Antônia Quaresma.¹³

¹¹ Houve, por algum tempo, uma dúvida sobre serem guaianases ou tupiniquins os ocupantes da aldeia indígena onde São Paulo foi fundada. Conforme John Monteiro, porém, há evidências suficientes que atestam que se tratava de um grupo tupiniquim (1995, p. 20-21).

¹² Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalves da Câmara. São Vicente, 15 de junho de 1553 (Leite, 1956, vol. I, p. 498).

¹³ Testamento de João Ramalho (Revista do Instituto Histórico..., 1904, p. 564). O documento original foi perdido e não há nenhuma garantia de autenticidade da cópia disponível. Sobre o tema, veja-se Capelato e Ferretti (1999).

⁹ Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola. São Paulo de Piratininga, [1 de setembro] de 1554. (Leite, 1956, vol. II, p. 114-115).

¹⁰ Carta do Ir. Pero Correia ao P. Belchior Nunes Barreto. [São Vicente] 8 de junho de 1551 (Leite, 1956, vol. I, p. 222).



Cacique Tibiriçá e neto (1934).
Pintura de José Wash Rodrigues, exposição permanente no Museu do Ipiranga.
Fonte: Wikipedia Commons (02/02/2023).



Sinalização para rua Bartira, Perdizes, São Paulo.
Fonte: Google maps, 03/02/2023.

Bartira e Ramalho, contudo, formam mais do que apenas um casal que sustenta as “ficções fundacionais de amor interracial”, para usar a expressão de Rebecca Jager (2015, p. 157). Eles tiveram uma relação característica do período de conquista e início da construção da sociedade colonial, como assinala o uso de “criada” no testamento. De uso antigo na Península Ibérica, o termo foi registrado nas Siete Partidas, código normativo de meados do século XIII e fundamento da tradição jurídica espanhola. Criado se relacionava a outras categorias de trabalhadores domésticos, como escravos, servos e cativos. No entanto, manteve uma distinção significativa. Literalmente, indicava a condição de alguém criado na casa de um senhor, mas que não tinha relações de sangue com ele. Impedia, portanto, as pessoas assim classificadas de serem tratadas

como escravas, o que significava que não podiam ser vendidas e, no caso das mulheres, seus filhos nasceriam livres (MARTÍN CASARES, 2004). Assim, não era exatamente uma “invenção americana”, pois havia uma semelhança de conjunturas dos dois lados do Atlântico: o termo foi usado na Espanha nas relações de barraganía, um matrimônio de fato geralmente celebrado entre pessoas de origens distintas bastante comum na reconquista da Andaluzia. Ao contrário do casamento cristão, a barraganía poderia ser dissolvida. Garantia, no entanto, alguns direitos aos envolvidos, principalmente aos filhos nascidos durante sua vigência (SÁNCHEZ HERRERO, 2008). Portanto, embora as barraganías não fossem usadas tal e qual na América, eram parte das referências acionadas por muitos ibéricos para compreender as relações familiares

estabelecidas durante os primeiros contatos.

Desse modo, provavelmente a decisão de usar o termo criada foi baseada nas referências espanholas a ele (ARES QUEIJA, 2006; RÍPODAZ ARDANAZ, 1977). Poderia garantir, sobretudo, um status social aos filhos dessas mulheres. Ao serem reconhecidos, herdaram não só o patrimônio, de acordo com o estipulado nos respectivos testamentos, mas um capital talvez ainda mais importante: as redes sociais do pai. Eram seus descendentes reconhecidos, especialmente as filhas, que estavam ligados aos papéis políticos proeminentes que os conquistadores desempenharam. Elas tinham um dote político, que fundia, nas narrativas que então se construía, o direito nativo e ibérico de governar. Daí Bartira/Isabel aparecer nominada, principalmente, nas genealogias.

EM BUSCA DE BARTIRA: AS MULHERES NATIVAS E OS LUGARES DE MEMÓRIA DE SÃO PAULO

A narrativa de uma história em que Bartira e outras mulheres nativas seriam raramente mencionadas, ou mesmo completamente desconhecidas, não foi algo exclusivo da sociedade colonial. Ao contrário, representações historiográficas e patrimoniais elaboradas em momentos-chave da construção das identidades regionais e nacionais tampouco efetivamente incluíram estas personagens. Ao percorrer a cidade de São Paulo, por exemplo, o interessado não encontrará facilmente menções a Bartira, embora as referências ao seu pai, ao seu companheiro, aos seus descendentes e ao seu povo sejam centrais em vários monumentos espalhados pela cidade. Estes espaços, ainda hoje, evidenciam a consolidação de uma história androcêntrica sobre a formação das sociedades coloniais americanas, de acordo com a já mencionada perspectiva de Karen Powers.

Parte importante dos monumentos relacionados à narrativa de fundação pode ser encontrada em diferentes áreas da cidade, começando pelo indefectível Pátio do Colégio (figura 5). Situado onde foi erguida a primeira edificação dos jesuítas, justamente no centro da aldeia comandada por Tibiriçá, o prédio tal como conhecemos hoje foi reconstruído no contexto das comemorações do IV centenário da fundação da cidade (CANADO, 2021).¹⁴ Em meio a relíquias variadas, há apenas uma men-

¹⁴ Sobre o IV Centenário, veja-se Lofego (2004).

ção a uma personagem feminina na história lá contada, centrada na conversão e nas figuras de Anchieta e Tibiriçá. O primeiro caso nos permite voltar à dimensão imperial do tema aqui discutido. Na sala destinada a Anchieta, na parede à direita do seu fêmur, vemos uma cópia do seu registro de batismo. No documento, o nome da sua mãe não é mencionado: ele é apresentado como filho de “Joan de Anchieta y de su mujer”. Ainda que seja uma reprodução do documento original, é relevante lembrarmos que nós sabemos o nome da mãe de Anchieta e que sua origem pessoal tem mais conexões com os acontecimentos do planalto paulista do que comumente se pensa. Como é bem sabido, Anchieta era canário de Tenerife, uma das últimas ilhas do arquipélago a ser conquistada, em 1496. Ele nasceu quase quatro décadas depois, filho de um basco, já citado acima, e de Mência Diaz de Clavijo y Llarena. Para versões mais hagiográficas, sua mãe era parte da “nobreza canária”. Trata-se, porém, de um eufemismo que assinala uma ascendência nativa. Sua mãe nasceu no contexto das primeiras relações entre os espanhóis e os guanches. Ele, Anchieta, nascera e vivera os seus primeiros anos em uma sociedade canária que era bastante semelhante àquela que encontraria em São Paulo. E é na chave de Anchieta que encontramos a única menção à Bartira naquele espaço: ela aparece sendo catequizada pelo inaciano em uma escultura localizada no jardim do Pátio do Colégio. A obra foi transferida do Rio de Janeiro para lá recentemente, em 1997, por ocasião do IV centenário da morte de Anchieta.

Seguindo em busca dos lugares de memória desta história e de como as mulheres nativas são

representadas, ou não, nestes espaços, o visitante pode dirigir-se para a cripta do Tibiriçá (figura 6). Localizada na Catedral da Sé, foi inaugurada em 1954, também no marco das comemorações dos 400 anos da fundação de São Paulo. Ali há uma escultura de autoria de José Cucé, com Tibiriçá ao centro, rodeado de outros nativos que representam os primeiros habitantes de São Paulo. Estes simbolizam o trabalho e a riqueza da região. Nenhuma mulher foi representada na cena, o que é surpreendente quando consideramos o seu lugar, dentre outros, na produção agrícola da época. É importante lembrarmos, por exemplo, tanto o destaque dado a elas pelos primeiros cronistas nos trabalhos relacionados à manutenção dos seus grupos quanto nos dados da sociedade colonial já implementada no planalto, quando as mulheres formavam a maior parte dos cativos, como assinalou John Monteiro (1994, p. 42).

Após andar pelo centro e pouco encontrar sobre Bartira, o interessado certamente irá ao Museu do Ipiranga. Recém-reinaugurado, o Museu conserva no saguão do eixo monumental a exposição elaborada por Taunay, com a sua ênfase na história do Brasil a partir de São Paulo (BREFE, 2005). Ao lado da porta principal estão os personagens considerados centrais do início da saga paulista, representados em retratos históricos produzidos no início da década de 1930. Ali estão Dom João III (1932), Martim Afonso de Souza (1932), João Ramalho e filho (1934) (figura 7) e Cacique Tibiriçá e neto (1934) (figura 8), todos de autoria de José Wash Rodrigues (NASCIMENTO, 2019). Não se trata aqui de analisar estas pinturas, trabalho já desenvolvido por outros

pesquisadores, mas apenas de assinalar a ausência de Bartira ou das mulheres nativas em geral. É bastante indicativo do apagamento da presença das indígenas na história que a representação do povoamento de São Paulo, entendido como o do Brasil, prescindia de mulheres.

Os exemplos acima, porém, não significam que o visitante não encontrará menções mais centrais à figura de Bartira no espaço urbano de São Paulo. Ela foi representada numa escultura de autoria de João Batista Ferri, datada de 1936. A obra, denominada Bartira, representa uma “índia em bronze” e estava originalmente localizada na Capela Biacica. Tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo em 1994, atualmente se encontra desaparecida.¹⁵ No entanto, a escultura continua sendo usada como uma das representações de Bartira, como veremos abaixo na conclusão.

Outra possibilidade de vê-la representada é o Monumento à Fundação de São Paulo, de Luis Morrone (figura 9). Apesar de inaugurado em 1963, o monumento tem sua origem também nas discussões do IV centenário, quando a comunidade portuguesa organizou-se em torno da figura de Nóbrega como fundador de São Paulo, em contraposição a Anchieta (UHLE, 2013). Atualmente localizada em frente ao Palácio Nove de Julho, no monumento vemos Bartira, com um bebê no colo, rodeada por Tibiriçá e João Ramalho. Além deles, estão representados também no monumento Manoel da Nóbrega, claro, José de Anchieta, uma criança

indígena, Manoel de Paiva e Martim Afonso de Sousa. Como destacou Ana Rita Uhle, a postura escolhida para compor Bartira representa uma longa tradição visual de identificação das nativas à condição de mães, gerando uma associação rápida pelo público. E, no caso específico deste monumento, a abordagem tem ainda a função conciliadora da representação da mãe paulista e da mestiçagem (UHLE, 2013, p. 259).¹⁶

Há outras menções a Bartira pelos espaços públicos de São Paulo, como a rua que leva o seu nome no bairro de Perdizes, perto de outros logradouros igualmente nominados com temas indígenas (figura 10). Além dos nativos, lá há também uma rua João Ramalho, claro. A área já foi alvo de intervenções políticas urbanas, como quando o Greenpeace liderou a colagem de placas utilizando tais espaços para assinalar a precária situação dos povos indígenas no país.¹⁷ A ação faz parte de movimentos globais por justiça social que miram os espaços de celebração do colonialismo na paisagem urbana das cidades. Ao que parece, nesses movimentos, as mulheres indígenas vêm sendo não apenas colocadas no centro dos debates, mas também ressignificadas a partir da interseção entre gênero e colonialismo. Nestas discussões, Bartira não foi esquecida, como veremos.

¹⁶ Segundo a autora, uma mulher indígena representada de maneira semelhante, uma “mãe-índia, em referência a Bartira”, foi incluída por Brecheret no Monumento às Bandeiras (Uhle, 2013, p. 193).

¹⁷ <https://vejasp.abril.com.br/cidades/greenpeace-faz-intervencao-em-placas-de-ruas/>. Acesso em 05/11/2022.

¹⁵ <https://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-escultura-bartira/#!/map=38329&loc=-23.48824799999998,-46.404574,17>.

Monumento à fundação de São Paulo. Luís Morrone, 1963. Fonte: Wikipedia Commons (02/02/2023).



CONCLUSÕES: AS MULHERES INDÍGENAS NAS DISCUSSÕES DECOLONIAIS

Mais do que restritas à academia, nas últimas décadas as discussões decoloniais adquiriram considerável importância nos debates sobre espaço público e identidade. Tais discussões, por sua vez, foram impulsionadas por movimentos que tiveram como alvo sobretudo estátuas laudatórias a sujeitos atualmente associados a atrocidades coloniais (MCCLYMONT, 2021). No Brasil, um dos alvos preferidos foram justamente os relacionados com os “bandeirantes” em São Paulo, como a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras. Alvejados em duas ocasiões, em 2013 e 2016, ambos foram novamente trazidos ao debate público em 2020, quando o tema se disseminou em decorrência dos movimentos globais que se seguiram ao assassinato de George Floyd nos Estados Unidos (FREITAS, 2021).

Os debates sobre a descolonização dos espaços públicos não apenas assinalaram os perfis atualmente considerados impróprios para tais homenagens, mas também apontaram aqueles que deveriam ocupar estes espaços. As mulheres indígenas emergiram, com frequência, como personagens que poderiam simbolizar as demandas dos insatisfeitos. Um dos casos mais conhecidos é o da Argentina, com a substituição, em 2015, da estátua de Cristóvão Colombo pela de Juana Azurduy, mulher indígena que foi uma liderança no processo de independência do Rio da Prata. Claro está que movimentos de tal envergadura acontecem quando encontram adesão nos poderes então

estabelecidos. Neste caso, foram os governos de Cristina Fernández de Kirchner e Evo Morales que encamparam política e economicamente a empreitada (JIMÉNEZ FREI, 2019).

No Brasil, não só as estátuas e o próprio espaço urbano em si têm sido alvos de discussões e ações políticas, mas também as mulheres indígenas foram trazidas para o centro deste debate. Com isso, há um interesse renovado pelas poucas figuras históricas que são minimamente conhecidas na nossa cultura histórica: Bartira não poderia deixar de ser uma delas. Ela foi, por exemplo, uma das 27 mulheres escolhidas pelo Senado Federal para serem “homenageadas” na exposição virtual “Heroínas Negras e Indígenas do Brasil”, inaugurada dia 23 de julho de 2020.¹⁸ Na ocasião, o Senado Federal promoveu ainda uma série de tuítes sobre estas mulheres. Porém, no caso de Bartira, a “homenagem” nada mais fez do que reproduzir uma visão tradicional, positivando a colonização, como pode ser visto no tuíte reproduzido abaixo (figura 11). Ademais, a utilização da escultura de Ferri também causa estranheza ao público atual. Ao ser veiculada sem maiores contextualizações ou intervenções, a imagem acaba reforçando certas concepções sobre as mulheres indígenas, como subserviência, que parecem antagônicas às que a homenagem procura promover.

No entanto, para além das possíveis críticas que possam ser feitas a “homenagens” como esta do Senado Federal, é inegável que se trata de um momento em que perfis como o

de Bartira despertam a atenção dos que querem saber mais sobre o papel político das mulheres indígenas na história do Brasil. Por mais que muito ainda precise ser feito em termos de pesquisa sobre o tema, é instigante perceber que setores da sociedade demandem a efetiva inclusão dessas mulheres nas diferentes narrativas históricas e nos lugares de memória, assinalando a sua discordância com as abordagens androcêntricas até então dominantes. É, sem dúvida, sinal da presença de outras agendas na nossa historiografia e no debate público, confrontando a memória colonial ainda tão representada nas visões sobre o “nascimento” do Brasil, para usar a expressão de João Pacheco de Oliveira (2016).

¹⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/24/mostra-virtual-apresenta-mulheres-que-lutaram-pela-igualdade-na-historia-do-pais>

referências bibliográficas

ABUD, Katia. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

ARES QUEIJA, Berta. Relaciones sexuales y afectivas en tiempos de conquista. La Española (1492-1516). In: VARELA BUENO, Consuelo (ed.). Cristóbal Colón, 1506-2006 historia y leyenda. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, CSIC, Ayuntamiento de Palos de la Frontera, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARR, Juliana. Peace Came in the Form of a Woman. Indians and Spaniards in the Texas Borderlands. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. O museu paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2005.

CANADO, Roberto dos Santos. Um monumento “colonial” para uma cidade moderna: o conjunto jesuítico do Pátio do Colégio nas comemorações do IV Centenário de São Paulo. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, v.19, 2021.

CAPELATO, Maria Helena; FERRETI, Danilo. João Ramalho e as origens da nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da

descoberta do Brasil. Tempo, v. 4, n. 8, dezembro de 1999.

FERNANDES, Florestan. A Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Hucitec, 1989 [1949].

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra da guerra na sociedade Tupinambá. São Paulo: Globo, 2006 [1952].

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira – A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difel, 1960.

FERNANDES, João Azevedo. De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREITAS, André Luiz Ranucci. Quebra das estátuas: possibilidades de uma (re)escrita decolonial e pública da história. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2021.

GODOY, Silvana. Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios. Vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América. (Séculos XVI e XVII). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2016.

GHOSH, Durba. Sex and the family in colonial India: the making of empire. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2006.

História da colonização portuguesa do Brasil, edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. 3 vols. Porto: Litografia Nacional, 1921-24.

JAGER, Rebecca. Malinche, Pocahontas, and Sacagawea: Indian Women as Cultural Intermediaries and National Symbols. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2015.

JIMÉNEZ FREI, Cheryl. Columbus, Juana, and the Politics of the Plaza: Battles over Monuments, Memory and Identity in Buenos Aires. Journal of Latin American Studies, v. 51 (3), August 2019.

JULIO, Suelen Siqueira. Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2022.

LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. Vols. I e II. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da Capitania de São Vicente (1772). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

LEWIN, Ellen; SILVERSTEIN, Leni (eds.). Mapping feminist anthropology in the twenty-first century. New Brunswick, New Jersey/ London: Rutgers University Press, 2016.

LOFEGO, Silvio Luiz. IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade

entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

MADRE DE DEUS, Fr. Gaspar da. Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada São Paulo. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1797.

MARTÍN CASARES, Aurelia. Domestic Service in Spain. Legislation, Gender and Social Practice. In: FAUVE-CHAMOUX, Antoinette (org.). Domestic Service and the Formation of European Identity. Bern/ New York: Peter Lang, 2004.

MCCLYMONT, Katie (ed.). The Fall of Statues? Contested Heritage, Public Space and Urban Planning. *Planning Theory & Practice*, 22 (5), 2021.

MEIRA, Jean Paul Gouveia. Merecedores de toda honra: a trajetória da família indígena Arcoverde nos espaços de poder do Império Ultramarino Português (1636-1706). *Revista de História*, 6 (1-2), 2017.

METCALF, Alida. Women as Go-Betweens? Patterns in Sixteenth-Century Brazil. In: JAFFARY, Nora (ed.). *Gender, Race and Religion in the Colonization of the Americas*. Aldershot: Ashgate Publishing Company, 2007.

MONTEIRO, John. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Ana Paula. Entre a fricção e a serenidade, a caminho do interior: os painéis de Wash Rodrigues no peristilo do Museu Paulista.

Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 27, 2019.

O'LEARY, Jessica. The uprooting of indigenous women's horticultural practices in Brazil, 1500-1650. *Past & Present*, no. XX, 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Catarina Paraguaçu, senhora do Brasil: três alegorias para uma nação. *Memórias insurgentes*, v. 1, n. 1, junho 2022.

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PEREIRA, Paulo. Brasil en la ruta de la primera vuelta al mundo: la estancia de la flota de Magallanes en Río de Janeiro. *Actas do Congresso Internacional de Historia "Primus Circumdedisti Me"*. Valladolid: Ministério de Defesa, 2018.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação tamoio. *Mana*, 16 (2), 2010.

POWERS, Karen Vieira. Conquering Discourses of "Sexual Conquest" of Women, Language, and Mestizaje. *Colonial Latin American Review*, 11 (1), 2002.

PRADO, João Francisco de Almeida. Primeiros povoadores do Brasil,

1500-1530. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1904.

RÍPODAZ ARDANAZ, Daisy. El matrimonio en Indias: realidad social y regulación jurídica. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1977.

RODRIGUES, Jaime. De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, 2017.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1627). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SÁNCHEZ HERRERO, José. Amantes, barraganas, compañeras, concubinas clericales. *Clio & Crimen*, 5, 2008.

SCHMIDEL, Ulderico. Viaje al Río de la Plata y Paraguay (1557). Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

SLEEPER-SMITH, Susan. Indian Women and French Men: Rethinking Cultural Encounter in the Western Great Lakes. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007.

SOUZA, Pero Lopes. Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

STANLEY, Henry (ed.). *The First Voyage Round the World*. London: The Hakluyt Society, 1874.

STOLER, Ann. Carnal knowledge and imperial power: race and the intimate in colonial rule. Berkeley: University of California Press, 2010.

SCHWALLER, Robert. Géneros de gente in early colonial Mexico: defining racial difference. Norman: University of Oklahoma Press, 2016.

TAUNAY, Afonso D'Escragno. História geral das bandeiras paulistas. Vol. 1. São Paulo: Typ. Ideal, H. L. Canton, 1924.

TOWNSEND, Camilla. Pocahontas and the Powhatan dilemma. New York: Hill and Wang, 2004.

TOWNSEND, Camilla. Malintzin's choices: an Indian woman in the conquest of Mexico. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006.

UHLE, Ana Rita. Monumentos celebrativos. Aproximações entre arte e história (São Paulo, 1925-1963). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, Campinas, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, v. 4, n. 8, dezembro de 1999.

VAN DEUSEN, Nancy. *Global indios: the indigenous struggle for justice in Sixteenth-Century Spain*. Durham: Duke University Press, 2015.

VASCONCELOS, Simão. Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo (1633). Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

ZAMORANO, Rafael. A autoridade do especialista e do nome próprio na fundação do "passado colonial" no Museu Histórico Nacional. In: DAHER, Andrea (org.). *Passado presente: usos contemporâneos do "passado colonial" brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

Twitter interface showing a tweet from Senado Federal (@SenadoFederal) about BARTIRA, a bronze statue of an indigenous leader. The tweet text reads: "BARTIRA – Filha do cacique Tibiriçá, o mais importante líder indígena da capitania de São Vicente. Segundo historiadores, a sua união com o português João Ramalho foi considerada estratégica para o domínio português, viabilizando o processo de colonização." The image shows a bronze statue of a seated indigenous figure in a natural setting. The tweet is dated 11:48 AM - Jul 29, 2020.

Thread

Senado Federal
@SenadoFederal

BARTIRA – Filha do cacique Tibiriçá, o mais importante líder indígena da capitania de São Vicente. Segundo historiadores, a sua união com o português João Ramalho foi considerada estratégica para o domínio português, viabilizando o processo de colonização.



11:48 AM - Jul 29, 2020 · Twitter Web App

Relevant people

Senado Federal
@SenadoFederal
Perfil oficial do Senado do Brasil no Twitter.

Follow

What's happening

Movies & TV - LIVE
'A Fazenda 14': Veja os Tweets sobre o programa 🤔

Entertainment - Trending
Carlinhos Maia
Trending with Emily Garcia

Sports - Trending
Aubameyang
7,604 Tweets

Universa • Yesterday
#Astrologia: Quanto competitivo seu signo é?

Don't miss what's happening
People on Twitter are the first to know.

Log in Sign up

Figura 11: <https://twitter.com/senadofederal/status/1288486442713460736>